

CPI dos Devedores da Câmara de SP cobra Banco do Brasil

Comissão da Câmara de SP discute débitos tributários e aprova novas convocações

A CPI dos Devedores da Câmara Municipal de São Paulo ouviu, nesta quinta-feira (11), representantes do Banco do Brasil para esclarecer questionamentos sobre débitos tributários atribuídos à instituição financeira junto ao município. A reunião marcou o início da fase de depoimentos da comissão, criada para investigar grandes empresas com pendências fiscais na capital paulista.

Participaram da sessão o gerente-geral da Assessoria Jurídica Regional do Banco do Brasil em São Paulo, José Roberto Chieffo Junior, e o superintendente regional do Setor Público para a Região Sudeste, Diogo Prim. Os representantes apresentaram informações sobre a atuação do banco em processos tributários e responderam a questionamentos dos vereadores integrantes do colegiado.

A comissão da Câmara apura débitos relacionados a tributos municipais, como o Imposto Predial e Territorial Urbano

(IPTU), o Imposto Sobre Serviços (ISS) e outros créditos tributários, estejam ou não inscritos em dívida ativa. O objetivo declarado pelos parlamentares é analisar a situação dos maiores devedores do município e avaliar mecanismos que possam ampliar a recuperação de receitas para os cofres públicos.

Durante a reunião, representantes do Banco do Brasil afirmaram que a instituição mantém o entendimento de que cumpre suas obrigações tributárias e que eventuais divergências decorrem de discussões técnicas e jurídicas sobre cálculos e interpretações da legislação. Segundo os executivos, o banco participa regularmente de programas de negociação e parcelamento de débitos oferecidos pelo município e busca soluções para os processos em andamento.

De acordo com informações apresentadas à CPI, a Prefeitura de SP aponta uma dívida de aproximadamente R\$ 2,8

bilhões atribuída ao Banco do Brasil. Os representantes da instituição destacaram, entretanto, que parte dos valores está vinculada a disputas judiciais e administrativas ainda não encerradas. Também foi informado para a CPI que o banco possui centenas de ações relacionadas a questões tributárias em tramitação.

Os vereadores integrantes da comissão avaliaram que algumas das respostas fornecidas não contemplaram todos os questionamentos levantados, especialmente aqueles relacionados aos aspectos financeiros dos débitos. Por esse motivo, a CPI decidiu reiterar o convite para que outros dirigentes do Banco do Brasil participem de futuras reuniões e prestem esclarecimentos adicionais sobre o tema.

A investigação integra um conjunto de iniciativas da Câmara voltadas à análise dos maiores devedores tributários da cidade. Dados apresentados durante a criação da CPI indicam que os

valores em discussão envolvendo grandes contribuintes alcançam cifras bilionárias, o que motivou a abertura dos trabalhos neste ano. A expectativa dos parlamentares é identificar alternativas para ampliar a arrecadação municipal sem a criação de novos tributos.

Além da oitava dos representantes do Banco do Brasil, a comissão aprovou uma série de requerimentos para obtenção de documentos e informações junto a órgãos da administração municipal. Entre os destinatários estão a Secretaria Municipal da Fazenda, a Procuradoria Geral do Município, a Prodam e o Conselho Municipal de Tributos. Os documentos deverão subsidiar as próximas etapas da investigação.

Os vereadores também deliberaram na reunião pela intimação de representantes de empresas que haviam sido convidadas anteriormente para prestar esclarecimentos, mas não compareceram às reuniões da Comissão

de Inquérito. Entre elas, estão operadoras de telecomunicações, empresas do setor de saúde suplementar e, também, companhias ligadas ao segmento digital.

Na mesma sessão, foram aprovados convites para que representantes de instituições financeiras, empresas de infraestrutura, tecnologia, energia e saneamento participem das próximas reuniões do colegiado. A intenção da Comissão é ampliar o levantamento de informações sobre débitos tributários considerados relevantes para o município.

Instalada em maio deste ano, a CPI dos Devedores foi criada para examinar a situação fiscal de empresas com grandes passivos tributários perante a administração municipal. Os trabalhos devem prosseguir nos próximos meses com novas oitivas, análise de documentos e elaboração de relatórios que poderão resultar em recomendações para a recuperação de créditos considerados de interesse público.



Os vereadores avaliaram que algumas das respostas não contemplaram os questionamentos

Comissão de Inquérito Jardim Pantanal prevê relatório oficial até 26 de junho

Lucas Bassi | REDE CÂMARA SP

A Comissão de Inquérito do Jardim Pantanal caminha para a etapa final dos trabalhos na Câmara Municipal de São Paulo e deverá apresentar o relatório conclusivo das investigações até o próximo dia 26 de junho. O colegiado foi criado para apurar as causas das enchentes recorrentes que afetam há décadas a região do Jardim Pantanal, na zona leste da capital paulista, além de identificar possíveis medidas para reduzir ou acabar com os impactos sofridos pela população local.

Após cerca de oito meses de atividades, os vereadores integrantes da comissão concluíram a fase de oitivas e coleta de informações. Durante o período, foram ouvidos representantes de órgãos públicos, empresas e especialistas ligados a temas como drenagem urbana, recursos hídricos, meio ambiente,

saneamento e ocupação do solo. Entre os participantes estiveram integrantes de instituições estaduais e municipais, além de representantes do setor privado municipal.

Segundo informações apresentadas durante os trabalhos, a comissão de inquérito aprovou e analisou mais de uma centena de requerimentos ao longo da investigação. Os documentos reunidos incluem pedidos de informações, convocações, diligências e levantamentos técnicos voltados à compreensão dos fatores que contribuem para os frequentes alagamentos na região.

As enchentes no Jardim Pantanal são consideradas um problema histórico da cidade de São Paulo. A área está localizada em uma grande região de várzea próxima ao Rio Tietê e concentra milhares de moradores que convivem periodicamen-



Após votação, os trabalhos da Comissão serão encerrados

te com alagamentos, especialmente em períodos de chuvas intensas. O tema mobiliza diferentes esferas do poder público e tem sido alvo de estudos frequentes e intervenções ao longo dos últimos anos.

Durante as reuniões realizadas pela CPI, também foram debatidas alternativas para mitigar os impactos das enchentes. Entre os assuntos analisados estiveram obras de drenagem, ações ambientais, intervenções

em áreas de mineração, sistemas de contenção de cheias, recuperação de áreas degradadas e projetos de reassentamento de famílias que vivem em locais considerados de maior vulnerabilidade na região.

Dados discutidos pela comissão apontam que aproximadamente 50 mil pessoas vivem no local. Paralelamente às investigações, segue em andamento o Programa Recupera Pantanal, iniciativa desenvolvida em parceria entre a Prefeitura de São Paulo e o Governo do Estado. O projeto prevê a remoção e o reassentamento de milhares de famílias residentes em áreas sujeitas a inundações, com conclusão estimada para o ano de 2029 e investimento superior a R\$ 700 milhões.

Os parlamentares passam agora à elaboração, discussão e votação do relatório final até 26 de junho.